

LETRAMENTO RACIAL ENTRE PROFESSORES: RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE O IMPACTO DA FORMAÇÃO EM LETRAMENTO RACIAL PARA PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Magno Santana da Silva¹
Lívia Alessandra Fialho da Costa²

Este artigo apresenta a experiência de professores da Educação Básica no âmbito da formação continuada, no tocante ao letramento racial na modalidade online. Para tanto foi realizado um minicurso de letramento racial envolvendo 22 professores do Ensino Fundamental 2 (6° ao 9° ano). Ao final do curso verificou-se o impacto da formação na rotina da escola. O objetivo era conscientizar e instrumentalizar os professores, a fim de que os mesmos se sentissem fortalecidos e preparados para trabalhar a temática do racismo e seus desdobramentos no cotidiano escolar, e, assim ampliar as possibilidades de cumprimento da Lei 10.639/03 nas suas rotinas pedagógicas. O objetivo deste artigo é compartilhar a experiência dessa formação, que ocorreu de forma remota, usando as Tecnologias Digitais da Informação (TDICs) no sentido de ampliar a comunicação, a integração e a socialização do conceito de letramento racial por meio digital. O curso foi ministrado em três encontros 100% online, foram utilizadas metodologias ativas, e estudos de caso. Após os encontros os cursistas/professores responderam a formulários eletrônicos, de forma anônima. A análise das respostas evidenciou o impacto positivo da formação online nas suas práticas e rotinas pedagógicas, o que possibilitou a ampliação dos saberes relacionados ao letramento racial entre professores da Educação Básica e as implicações no cotidiano escolar.

Palavras ou expressões-chave: Letramento racial, educação antirracista, socialização de saberes, cultura digital, professores

¹Mestrando em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia-BA
professormagno8@gmail.com

² Professora orientadora: Doutora em Educação pela Université Paris 13 (França) Professora titular do Departamento de Educação e Programa de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) fialho2021@gmail.com

INTRODUÇÃO

Este trabalho intenciona contribuir com o campo da educação para a diversidade, no tocante às questões relacionadas ao racismo, preconceito e desigualdades sociais na contemporaneidade. Apresenta um relato da experiência sobre o impacto da formação em letramento racial na rotina pedagógica de um grupo de professores da Educação Básica de uma escola municipal de Camaçari-BA. Sabe-se que vários setores da sociedade atual se voltam para o enfrentamento das diversas formas de exclusão que marcam as relações sociais no Brasil e a escola é, inclusive por imposição legal, uma instituição onde esse enfrentamento deve acontecer nas dinâmicas cotidianas e rotinas pedagógicas mediadas pelos professores. Assim, faz-se necessária a formação continuada no sentido de potencializar a frequência e qualidade do debate e enfrentamento ao racismo e seus desdobramentos no ambiente escolar, para tanto, o letramento racial mostra-se uma abordagem relevante, é sobre essas questões que pondera este artigo no formato de relato de experiência.

Trata-se de um estudo qualitativo, tomando por base as referências articuladas com a temática do letramento racial e da educação antirracista no contexto da formação continuada de professores da Educação Básica. O caráter da pesquisa, no tocante a necessidade de um pensar e agir crítica e reflexivamente diante das demandas educacionais contemporâneas de enfrentamento ao racismo estrutural (Almeida, 2019) tem como estratégia a abordagem do letramento racial para a educação antirracista, estímulo e efetivo exercício da Lei 10.639/03, alterada pela lei 11.645/08 que discorre sobre a educação para as relações étnico-raciais, tornando obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio em todo o país.

O problema que impulsionou esta experiência reside na sugestão de um grupo de professores de uma escola em que leciono, no município de Camaçari-BA, em ampliar os conhecimentos sobre a temática étnico-racial, a fim de trabalhar a mesma nas suas rotinas pedagógicas devido à necessidade de domínio dos conteúdos relacionados ao campo dos estudos sobre educação para as relações étnico-raciais. ERER³. Na ocasião a coordenação pedagógica sugeriu um projeto interdisciplinar para que o corpo docente trabalhasse a educação antirracista.

³ Educação para as Relações Étnico-raciais

Alguns professores sinalizaram a necessidade de um encontro formativo antes do desenvolvimento do projeto interdisciplinar, inclusive um deles verbalizou não se sentir confortável para abordar o assunto em sala de aula. Na ocasião, eu estava pesquisando educação antirracista e letramento racial como aluno especial do Programa de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade na Universidade do Estado da Bahia – UNEB e considerei a possibilidade de compartilhar o conhecimento uma oportunidade de contribuir com a minha comunidade escolar enquanto agente de letramento conforme Silva e Souza (2011).

Assim, ministrei a formação em letramento racial, que compartilho experiência neste artigo. Tal formação constituiu-se de um minicurso que contemplou toda a equipe pedagógica e funcionários da unidade escolar, por entender que no contexto da educação para as relações étnico-raciais todos podem contribuir, desde o profissional da secretaria, portaria, cozinha, serviços gerais, professores, coordenadores pedagógicos e corpo diretor. Para isso todos precisam estar preparados. Em consonância com Pinheiro (2023) a necessidade da formação continuada é importante para qualquer escola que se propõe a trabalhar com as questões étnico-raciais e o antirracismo para que se evite a superficialidade ou a redução das questões étnico-raciais abordadas apenas em datas comemorativas, como o 13 de maio e o 20 de novembro, como é de costume, o que não deixa de ser relevante, porém tem se mostrado insuficiente (Moraes, 2022, p. 43).

Esse compromisso precisa ser assumido por toda a comunidade escolar, seja fomentado internamente ou contratando profissionais capacitados para esse fim. Pinheiro (2023, p. 78) sustenta que “Infelizmente cursos iniciais de formação de professores (pedagogias e licenciaturas) no Brasil não cumprem esse papel, mesmo depois de vinte anos da Lei n. 10.639/2003.” Essa realidade se impõe tornando necessárias ações formativas no sentido de instrumentalizar os docentes para a efetiva aplicação dessa lei que obriga o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena no âmbito de toda Educação Básica. Dessa forma foi ministrado o minicurso de letramento racial em três encontros online no mês de Julho de 2019. Participaram 22 profissionais da escola, incluindo professores, pessoal de apoio, cozinha, secretaria, coordenação pedagógica e direção. Os dados desta experiência foram gerados de forma eletrônica, antes e depois do minicurso, preservando o anonimato, os dados foram

coletados apenas entre os docentes participantes, evidenciando seu impacto entre os professores e são apresentados adiante, na seção de resultados e discussão deste artigo. O estudo foi desenvolvido tendo como fio condutor a seguinte pergunta: com que frequência os professores da escola pesquisada trabalham a educação antirracista e o letramento racial nas suas rotinas pedagógicas? Configurou-se enquanto objetivos específicos verificar se os educadores dominavam as estratégias de letramento racial e o impacto do minicurso nas suas rotinas.

METODOLOGIA

Este estudo de caráter qualitativo contemplou duas dimensões: na primeira etapa, foram feitos o levantamento, e a análise bibliográfica e documental de publicações sobre educação antirracista e letramento racial, suporte encontrado nos trabalhos de Ferreira (2014), Pinheiro (2023), Ribeiro (2019), Silva e Souza (2011) e foram de fundamental importância, tanto para a elaboração da formação quanto para a sua realização. A segunda etapa, constituiu-se da análise dos resultados obtidos após a ministração do minicurso de letramento racial para o corpo de profissionais da escola/lócus pesquisada, no total de 22 participantes. Devido a dificuldade de reunir a equipe presencialmente, optou-se pela ministração do minicurso na modalidade online, mediado pela Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) que na concepção de Albino (1999) potencializadas pela sociedade em rede (Castells, 2005) expande as possibilidades, por meio digital, de gerar, processar e transmitir informação na contemporaneidade. Dessa forma foi criada uma sala virtual na plataforma Google Classroom e, por e-mail, realizadas as matrículas. Os 22 profissionais da escola aderiram voluntariamente à proposta.

Com a sala virtual composta, foram agendados três encontros, cada cursista recebeu apostilas digitais em PDF, de forma gratuita, e tiveram acesso a três videoaulas com um estudo de caso cada, a mediação ocorreu em tempo real (de forma síncrona)⁴. Cada encontro teve duração de 50min acrescidos de mais 20min para debate, estudo de caso e avaliação. Foi

⁴ A aprendizagem síncrona consiste em um modelo de aula em tempo real e por meio de uma plataforma virtual. Sendo assim, são aulas à distância e o instrutor, ou professor, promove o ensino ao vivo para os alunos.

aplicada a metodologia ativa assíncrona⁵ da Sala de Aula Invertida⁶ a fim de otimizar o tempo de estudo. No primeiro encontro foi trabalhado o conceito de letramento racial (Souza, 2011), no segundo as reflexões foram sobre o racismo estrutural (Almeida, 2020) e, finalmente, no terceiro encontro “O mito da democracia racial (Guimarães, 2002).

Após os três encontros foi aplicado um formulário eletrônico (Google forms)⁷, preenchido anônima e voluntariamente pelos participantes para a coleta dos dados a fim de analisar a percepção dos (docentes) sobre o impacto da formação em letramento racial e a reverberação do mesmo nas suas rotinas pedagógicas.

REFERENCIAL TEÓRICO

O tema do “letramento racial” se faz presente no cenário dos estudos em Educação. Numa acepção gramatical, o letramento é um processo que se dá após a alfabetização. Aprender a ler e escrever precede à compreensão da linguagem como produto e produtora da realidade. “Letrar” é dominar um código ou um conjunto de práticas que nos ensina a ler o mundo para além da decodificação simples das letras. Letramento racial, pode ser explicado como o conjunto de estratégias pedagógicas que permite ao sujeito a compreensão de como as relações raciais modelam o mundo e como eles são influenciados por elas. O termo “racial literacy” aparece, pela primeira vez, em 2003 e foi criado pela socióloga e antropóloga afro-americana France Winddance Twine, em 2003, e a primeira tradução para o português é da psicóloga Lia Vaine Schucman, que popularizou a ideia de letramento racial enquanto estratégia de desconstruir formas de agir e pensar que foram naturalizadas para que estas sejam discutidas e repensadas, como propõe Ribeiro (2019).

No Brasil, historicamente, percebe-se a presença ideológica do mito da democracia racial, que, mesmo diante de um cenário de amplo debate público sobre o racismo e seus desdobramentos, ainda persiste no interior das escolas (Moraes, 2023, p. 44). Tal ideia

⁵ Metodologia ativa que é desenvolvida em tempo não real, em que os alunos trabalham autonomamente, acedendo a recursos educativos e formativos e a outros materiais curriculares disponibilizados na plataforma de aprendizagem online, bem como a ferramentas de comunicação que lhes permitem estabelecer interação

⁶ Na sala de aula invertida, os alunos têm acesso direto ao conhecimento e o professor serve como orientador e mentor. No modelo invertido, os alunos precisam se preparar para seus momentos de contato. Durante os momentos de contato os professores podem processar mais profundamente o material de ensino.

⁷ Formulários Google, aplicativo que permite criar pesquisas ou testes no navegador da Web ou dispositivo móvel sem precisar de software especial. Os resultados da pesquisa são recebidos instantaneamente à medida que eles chegam e pode apresentá-los de forma resumida em tabelas e gráficos.

constitui-se numa estratégia que serve para disfarçar um sistema de opressões, no qual os negros, enquanto grupo majoritariamente excluídos são as principais vítimas do racismo, do preconceito, da discriminação e da desigualdade social.

A presença do racismo em vários segmentos da sociedade brasileira tem tornado a discussão sobre as questões étnicas e raciais num dos temas mais relevantes em nosso país, o assunto tem chegado a diversos setores da sociedade. A Lei 11.645/08 sancionada pelo Presidente da República Luiz Inácio Lula das Silva, altera a Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, modificada pela 10.639 de 09 de janeiro de 2003, e alterada pela Lei 11.645/2008, obriga que além do ensino da história e cultura Afro-Brasileira, deve fazer parte do currículo escolar o ensino da história e cultura indígena nas escolas públicas e privadas do Brasil. “Art. 26-A tendo como objetivo formar para as relações étnico-raciais. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e do ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura Afro-Brasileira e indígena. (Lei 11.645, de 10 de Março de 2008)”.

Contudo, vinte anos após a promulgação da lei muitos profissionais da educação ainda carecem de capacitação para desenvolver educação antirracista nas suas rotinas pedagógicas e promover o debate qualificado e reflexões sobre as questões étnicas e raciais no cotidiano escolar. Assim, a formação em letramento racial faz-se necessária, pois é exatamente esse letramento que potencializa, para além da consciência de que vivemos numa sociedade estruturada no racismo, uma tomada de atitude para o fomento de práticas antirracistas (Ribeiro, 2019), pois, conforme Cavaleiro (1999) “o pouco conhecimento que os profissionais da educação têm sobre o racismo e suas consequências pode levá-los a distorcer e minimizar os problemas(...)”

Por outro lado, o letramento racial do professor possibilita a amplitude da compreensão sobre a complexa influência da raça na estrutura das relações de poder, segundo Almeida (2020) o racismo no Brasil é estrutural e estruturante, presente no funcionamento normal da sociedade, não como uma exceção e não se resumindo a atos individuais de injúria racial. É um fenômeno mais amplo e complexo que se atualiza na dinâmica das relações estando presente em todas as instituições sociais discriminando sistematicamente grupos de indivíduos em função das suas características físicas (fenotípicas), étnicas e culturais, capaz de influenciar as experiências dos indivíduos racializados nas diversas esferas das relações sociais, seja política, educacional, econômica, religiosa organizada e centrada no eurocentrismo e no privilégio da branquitude (Bento, 2022).

O letramento racial potencializa que o professor, consciente dessas relações, possa, intencionalmente, engendrar ações pedagógicas capazes de desconstruir e desnaturalizar práticas e formas de agir naturalizadas pensando em possíveis estratégias de enfrentamento do racismo e construção de uma sociedade mais justa, seja trabalhando a temática com mais frequência em sua sala de aula, atuando como agente de letramento em projetos interdisciplinares ou promovendo eventos de letramento entre seus pares (Souza, 2011).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Buscando verificar a eficácia do minicurso de letramento racial na instrumentalização dos professores, a fim de que os mesmos se sentissem fortalecidos e preparados para trabalhar a temática do racismo e seus desdobramentos no cotidiano escolar, e, assim ampliar as possibilidades de cumprimento da Lei 10.639/03 nas suas rotinas pedagógicas, a análise dos dados coletados na experiência foi organizada em duas categorias: 1 - Rotina Pedagógica Antirracista e 2- Formação e Letramento Racial.

Na primeira categoria buscou-se verificar com que frequência os docentes trabalhavam o racismo, o preconceito e a discriminação em suas rotinas pedagógicas, se julgavam estar cumprindo satisfatoriamente a lei 10.639/03 ou se a questão racial, na prática, ficava reduzida apenas às datas comemorativas, como o 13 de maio e o 20 de novembro. A análise dos dados apontou os seguintes resultados: perguntados se trabalham sistematicamente o letramento racial com os seus alunos, 72% dos educadores responderam negativamente. Questionados se a lei 10.639/03 é cumprida na escola, 63% dos professores responderam que a lei era cumprida parcialmente. 50% dos professores concordaram que a abordagem da temática étnico-racial era trabalhada mínima e, praticamente restrita às datas comemorativas do 13 de maio e 20 de novembro.

Para Pinheiro (2023) no Brasil, mesmo após 20 anos da Lei n. 10.639/03 o seu cumprimento não é efetivo e defende a necessidade de que os educadores sejam desenvolvidos nessa formação, aprimorando os conhecimentos para que possam aplicá-los nas suas práticas escolares. Segundo Moraes (2023, p. 44) a falta de uma prática pedagógica baseada no letramento racial, na valorização da diversidade e no antirracismo é mais comum do que deveria ser” isso faz com que os educadores e educadoras não se percebam como reprodutores do racismo e, conseqüentemente não se comprometam com o seu enfrentamento, tomando iniciativas de abordagens da temática nas suas rotinas pedagógicas. Moraes (2023)

pontua que este ciclo se estende desde a universidade até a educação básica, ao que a autora define como “um ciclo educacional racista de ponta a ponta”. Isso gera um efeito negativo tanto na formação dos educadores, quanto na efetiva implementação da lei, que na percepção dos professores é minimamente cumprida e, principalmente nas datas comemorativas do 20 de novembro e 13 de maio, não se configurando num trabalho sistemático durante todo o ano letivo, daí a necessidade e a importância do letramento racial.

Já a segunda categoria - Formação e Letramento Racial, diagnosticou o nível de letramento racial entre os docentes, se os mesmos se sentiam preparados para abordar o racismo e seus desdobramentos em sala de aula, além de evidenciar o domínio que os educadores tinham sobre a história da África e dos afro-brasileiros. A análise desta categoria apontou que 40,9% dos professores afirmaram não dominar satisfatoriamente conhecimentos sobre a história da África e dos afro-brasileiros, 40% se consideraram parcialmente preparados para trabalhar com o racismo em sala de aula.

Antes do minicurso 72,7% afirmaram que não sabiam conceituar letramento racial, sendo que após a experiência do minicurso 86,4% afirmaram saber conceituar a abordagem do letramento racial e 54% dos educadores consideravam-se racialmente letrados. Após o minicurso, perguntados se sentiam-se preparados para trabalhar com o racismo em sala de aula, 54,5% dos professores responderam que sim, enquanto que 40,9% afirmaram sentirem-se parcialmente preparados para trabalhar com o tema do racismo nas suas rotinas pedagógicas. Após terem passado pela experiência da formação, os professores desenvolveram um projeto interdisciplinar de letramento racial na escola com a participação da maioria dos docentes e a culminância do projeto foi aberta para toda a comunidade escolar.

Os dados apontaram uma relação diretamente proporcional entre a falta de domínio consistente sobre a história da África, a necessidade de letramento racial, a percepção da necessidade de preparar-se para o trabalho com as questões raciais, e o desenvolvimento de ações e práticas pedagógicas antirracistas e de letramento racial nas rotinas pedagógicas dos professores e professoras. Ainda segundo Moraes (2023) muitos educadores minimizam os conflitos raciais, por não se sentirem capacitados para promoção do debate sobre a questão. Para Cavallero (1999) o pouco conhecimento dos profissionais da educação sobre o racismo faz com que muitos deixem a questão racial em segundo plano na sua prática pedagógica.

Este estudo demonstrou que após terem participado do minicurso de formação em letramento racial, os educadores responderam sentirem-se mais preparados e motivados para o trabalho com a temática do racismo, inclusive desenvolvendo um projeto interdisciplinar para esse fim. Assim a avaliação é de que a formação em letramento racial potencializou a

confiança e ampliou a percepção desses educadores sobre a necessidade de ações efetivas de enfrentamento ao racismo, o que contribui para a educação antirracista e aplicação mais consistente da lei 10.639. Uma vez que, conscientes e racialmente letrados, professores desenvolvem um olhar mais sensível e são capazes de perceber a necessidade de trabalhar com as questões raciais nas suas rotinas, pensar na construção de táticas e estratégias para identificar o racismo e dar resposta a ele (Moraes, 2023). Esse relato de experiência apontou o impacto positivo da formação em letramento racial para professores da Educação Básica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a experiência foi possível observar uma relação diretamente proporcional entre a formação dos educadores e o cumprimento das leis 10.639/03 e 11.645/08 que obrigam o ensino de história da África, dos afro-brasileiros e indígenas no contexto das múltiplas disciplinas da Educação Básica. Percebeu-se que menos preparados para trabalhar as questões étnico-raciais, os professores se sentem desconfortáveis para abordar temáticas sensíveis como o racismo, o preconceito e a discriminação nas suas práticas pedagógicas, isso ficou evidente na fala de um dos professores.

O letramento racial enquanto um conjunto de estratégias para a compreensão da relação entre raça e desigualdade social, mostra-se potente para a tomada de posição de sujeitos racializados na direção do enfrentamento ao racismo e outras formas de opressões. Todavia, a formação dos educadores não têm contemplado essa dimensão epistemológica, visto que há uma deficiência acadêmica, no ensino superior, estudantes de licenciaturas e pedagogia saem da universidade com essa lacuna em sua formação, logo sentem-se despreparados, não letrados racialmente para lidar com as questões étnico-raciais e enfrentamento do racismo. Fazendo com que questões de ordem racial sejam deixadas em segundo plano ou trabalhadas superficialmente, apenas em datas comemorativas, como o 13 de maio e o 20 de novembro, e não de forma sistemática, como apontou a análise dos dados coletados após o minicurso de letramento racial ministrado para os educadores e educadoras.

Assim, o letramento racial faz-se necessário para um fazer pedagógico comprometido com a implementação efetiva da lei e para o compromisso ético de promoção desse debate no cotidiano escolar.

O impacto positivo do minicurso ficou evidente na medida em que os professores declararam se sentirem mais preparados para abordar o tema após terem passado pela formação, inclusive realizando um projeto interdisciplinar após a formação.

A reflexão que se faz, é que ações pontuais como essa, de ministrar um minicurso, apesar de não serem suficientes para mudar a realidade brasileira estruturada no racismo (Almeida, 2019), mas favorecem o fomento do debate em torno da temática, encorajam os educadores e contribuem para a implementação do dispositivo legal que obriga a educação para as relações étnico-raciais na Educação Básica de forma ética, sistemática e comprometida.

Espera-se que este artigo em forma de relato de experiência, somado a outros trabalhos já realizados, colabore para a compreensão da relevância da formação continuada em letramento racial para professores e fomento da reflexão crítica relacionada a educação antirracista nas suas rotinas pedagógicas.

REFERÊNCIAS

ALBINO, Luciano. A era da informação: economia, sociedade e cultura-a sociedade em rede, de Manuel Castells. Volume 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999. **Sociedade e Estado**, v. 14, n. 02, p. 397-402, 1999.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. Companhia das letras, 2022.

DE JESUS FERREIRA, Aparecida. Teoria racial crítica e letramento racial crítico: narrativas e contranarrativas de identidade racial de professores de línguas. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 6, n. 14, p. 236-263, 2014.

CASTELLS, Manuel et al. A sociedade em rede: do conhecimento à política. **A sociedade em rede: do conhecimento à ação política**, p. 17-30, 2005.

CAVALLERO, E. S. P Processo de Socialização na Educação Infantil: A Construção do Silêncio e da Submissão. **Rev. Bras. Cresc. Desenv. Hum.**, São Paulo, v9, n. 2, p 33-45, 1999

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Democracia racial. **Cadernos Penesb**, v. 4, p. 33-60, 2002.

MORAES, Julia Oliveira. A urgência do letramento racial e do antirracismo na educação brasileira. **DESIDADES-Revista Científica da Infância, Adolescência e Juventude**, n. 34, 2022.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **Como ser um educador antirracista: Para familiares e professores**. Planeta, 2023.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. Companhia das letras, 2019.

SOUZA, Ana Lúcia Silva. **Letramentos de reexistência: poesia, grafite, música, dança: HIP-HOP**. Parábola Editorial, 2011

SILVA, Maurício. SOUZA, Ana Lúcia Silva. Letramento de reexistência. Poesia, grafite, música, dança: hip-hop. São Paulo: Parábola, 2011. **Revista Confluências Culturais**, v. 1, n. 1, p. 123-125, 2012.